SINDSERV

Servidores na Luta

Av. Campos Sales, 106 | Vila Nova | Santos | CEP:11013.401
13. 3228.7400 sind_serv@uol.com.br
www.sindservsantos.org.br /SindservSantos

Novembro de 2016 | Nº 94

FECHAMENTO AUTORIZADO. PODE SER ABERTO PELA E.C.T.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS

1ª ASSEMBLEIA DA CAMPANHA SALARIAL

Os servidores já têm data marcada para discutir sua proposta de aumento para 2017:

24 de novembro (quinta-feira), às 19h,

no Sindicato dos Metalúrgicos (Av. Ana Costa, 55, Vila Mathias)

Essa será a primeira assembleia da categoria para a Campanha Salarial de 2017. Mais do que nunca, é preciso que os servidores estatutário e celetistas, ativos e aposentados, se mobilizem e compareçam já que a Prefeitura já está armando seu golpe, junto ao sindicato-amigo-do-patrão, para mais uma vez não termos aumento real algum!

Não há nenhuma saída contra o golpe que não seja o envolvimento da categoria de fato no movimento. Não adianta sabermos de antemão o que pretende e o que fará o governo se os trabalhadores não estiverem dispostos a conquistar um aumento digno e melhorias reais nessa Campanha Salarial!

A Campanha Salarial é uma responsabilidade de TODA A CATEGORIA! PARTICIPE!

Durante as eleições municipais pediu voto para o Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), agora volta ao posto de presidente do sindicato-amigo-do-patrão dizendo que está do lado da categoria. Pode isso, Arnaldo?!?!

Prefeitura continua sem pagar as aposentadorias

Até o momento, o valor aproximado deste calote é de mais de 10 MILHÕES DE REAIS. Até dezembro este rombo alcançará valores mais absurdos ainda!

"Devo não nego, pago quando puder". A postura do presidente do Instituto de Previdência (IPREV), Jorge Manuel Ferreira, mostra que esse é o discurso do Governo diante do calote de mais de R$ 12 milhões que o prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) está dando na caixa que paga as aposentadorias dos servidores.

Desde junho deste ano, a Prefeitura não repassa parte do que deve ao Instituto, ameaçando seriamente o futuro dos aposentados e também daqueles que estão na ativa.

Em junho passado, o governo não repassou o dinheiro do adiantamento do 13º dos servidores aposentados, que só receberam depois de uma manobra do IPREV para cobrir o rombo. Em julho, agosto e setembro, a administração deixou de repassar o dinheiro da parte patronal mensal.

Os servidores já realizaram quatros atos contra o CALOTE da Prefeitura. No último, o presidente do IPREV não soube dizer com certeza quando essa dívida será paga e até quando os repasses obrigatórios por lei deixarão de ser repassados ao Instituto.

Como fiel representante indicado pelo prefeito, Jorge Manuel fez apenas conjecturas. Disse que é provável que o parcelamento comece em janeiro, mas que não tem bola de cristal para afirmar categoricamente. Segundo ele, essa informação depende de um projeto de lei a ser enviado à Câmara para que o pagamento, em até 60 meses, seja oficializado. Depende também de como vão se comportar as finanças municipais e o cenário econômico.

A verdade é que os servidores estão tomando um CALOTE no sistema que paga suas aposentadorias porque a Prefeitura escolheu, de forma unilateral, tirar dinheiro da caixa do IPREV para usar em outras áreas. Agora dizem que farão um acordo para o pagamento, sem data para sair do papel, e com condições definidas sem discussão com a categoria.

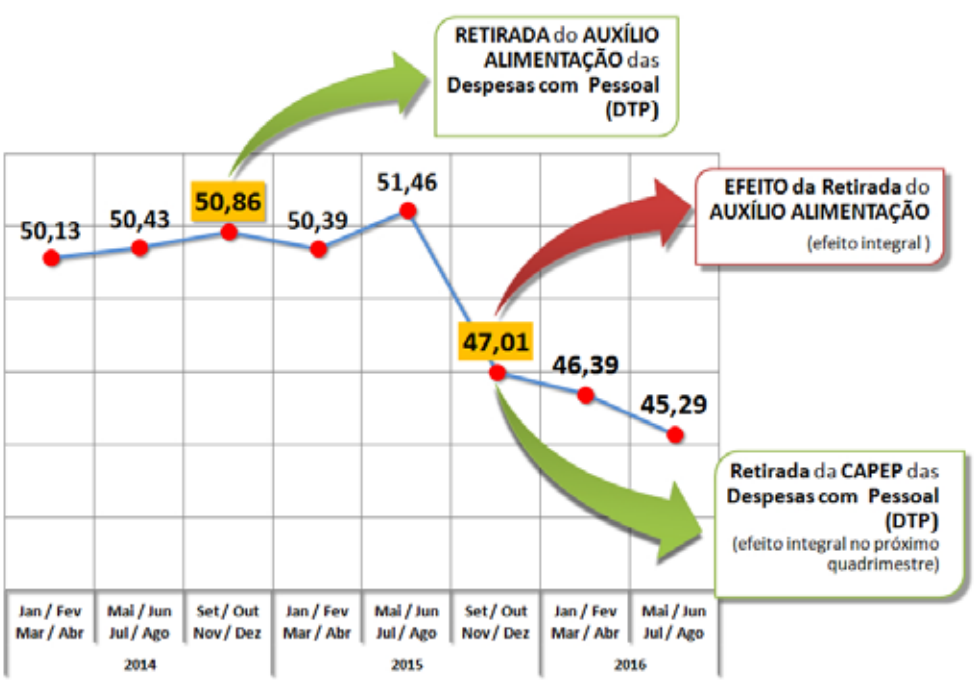
Mais uma vez os aposentados foram até o IPREV junto com o SINDSERV na esperança de ouvir algo concreto para solucionar o problema e saíram do mesmo jeito que entraram: sem respostas, indignados e preocupados.

Não aceitaremos acordo de parcelamento rebaixado. Queremos o dinheiro na conta do IPREV e a regularização dos repasses já!

Enquanto isso, os gastos com os servidores continua caindo

A Prefeitura divulgou no Diário Oficial do dia 28 de setembro os dados da Despesa Total com Pessoal (DTP). Neste último relatório de gestão fiscal, o percentual gasto passou a ser de apenas 45,29% em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Ou seja, os gastos com o funcionalismo estão agora seis pontos percentuais abaixo do limite prudencial, que é de 51,3%.

A grande pergunta é: Se não está sendo investido nos salários e no sistema de previdência da categoria, para onde está indo todo esse dinheiro?



PEC 55 aprofundará a desigualdade social e condenará milhares à morte

Sob o manto do discurso de que é preciso manter a "austeridade" a qualquer custo nas contas públicas para fazer o país voltar a "crescer", o governo Temer tenta "justificar" o injustificável corte nos investimentos sociais como Saúde, Educação e Assistência Social.

Um desses "ajustes" tem a ver com a Proposta de Emenda Constitucional 55 (antiga PEC 241). Ela congela até 2036 os gastos com serviços públicos, chamados de despesas primárias. Os mais pobres e essencialmente a classe trabalhadora vão sentir na carne os efeitos.

Serão 20 anos de retrocesso social em que o jornais destacarão o aumento gradativo do PIB (Produto Interno Bruto, que é a soma de todas as riquezas de um país) e, ao mesmo tempo, o avanço acelerado da miséria.

Enquanto isso, o governo Temer garantirá o pagamento de juros bancários da dívida pública que, diga-se de passagem, são os mais altos do mundo. Uma dívida repleta de ilegalidades, ilegitimidades e até suspeitas de fraudes, mas que significa, na prática, um esquema de transferência direta de recursos públicos para o setor privado.

Ao mesmo tempo, o governo Temer descarta qualquer mudança na estrutura de tributação nacional, que sempre privilegiou os mais ricos.

O que a PEC 55 faz é cortar gastos sociais para garantir, com boa margem de segurança, a manutenção e o crescimento dos repasses de grandes somas ao mercado.

Em suma: com o congelamento dos gastos primários, os pobres ficarão mais pobres e os ricos mais ricos.

O que são gastos ou despesas primárias?

Despesa primária é aquela em que o governo não considera os efeitos financeiros, decorrentes dos juros. Portanto, é a primeira despesa do governo, aquela que ele dispõe para executar suas políticas públicas.

Ataque avança em ritmo acelerado

O projeto, conhecido como PEC da Morte, está avançando a passos largos. Quatro dias depois das eleições municipais, a Câmara dos Deputados tratou de aprovar o texto-base da proposta.

A matéria foi votada e aprovada em primeiro turno no plenário da Câmara, depois de um banquete oferecido com dinheiro público para celebrar os "acordos" feitos com os deputados que votariam favoráveis à medida. A Câmara já aprovou em segunda votação e a matéria foi encaminhada para análise no Senado.

Os deputados que "representam" a Baixada Santista disseram SIM à PEC e NÃO aos investimentos em Saúde, Educação e Assistência Social. São eles: Beto Mansur (PRB), Bruno Covas (PSDB), João Paulo Tavares Papa (PSDB) e Marcelo Squassoni (PRB).

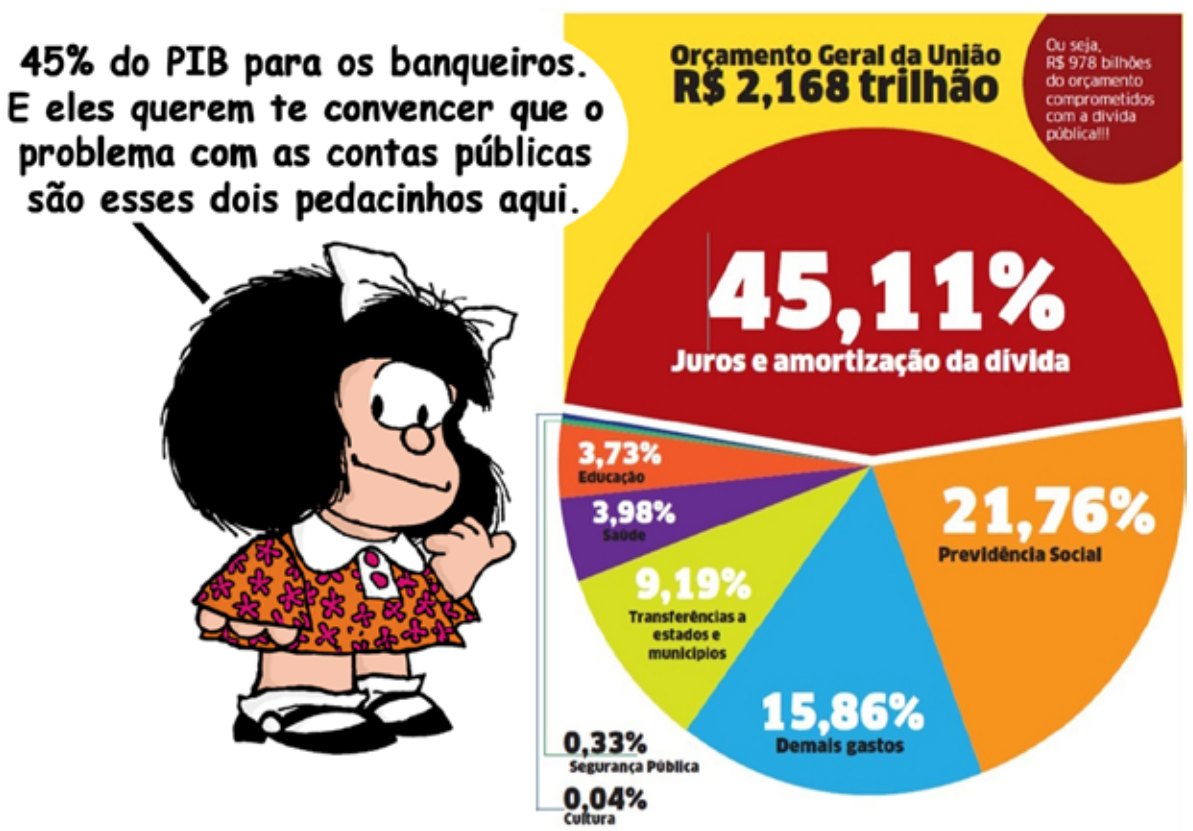
Caso a proposta avance e seja aprovada pelo Congresso, os impactos serão gigantescos e significarão uma sentença de morte à milhares de brasileiros.

Especialistas calculam uma perda acumulada de centenas de bilhões de reais ao longo dos 20 anos de vigência. Na prática, leitos hospitalares serão fechados e escolas serão ainda mais sucateadas.

Na assistência social e segurança alimentar, segundo o Fórum Nacional de Usuários do Sistema Único de Assistência Social (FNU SUAS), em 20 anos os recursos para o setor terão diminuído em 54%, o que corresponde à perda de R$ 868 milhões em comparação à 2016.

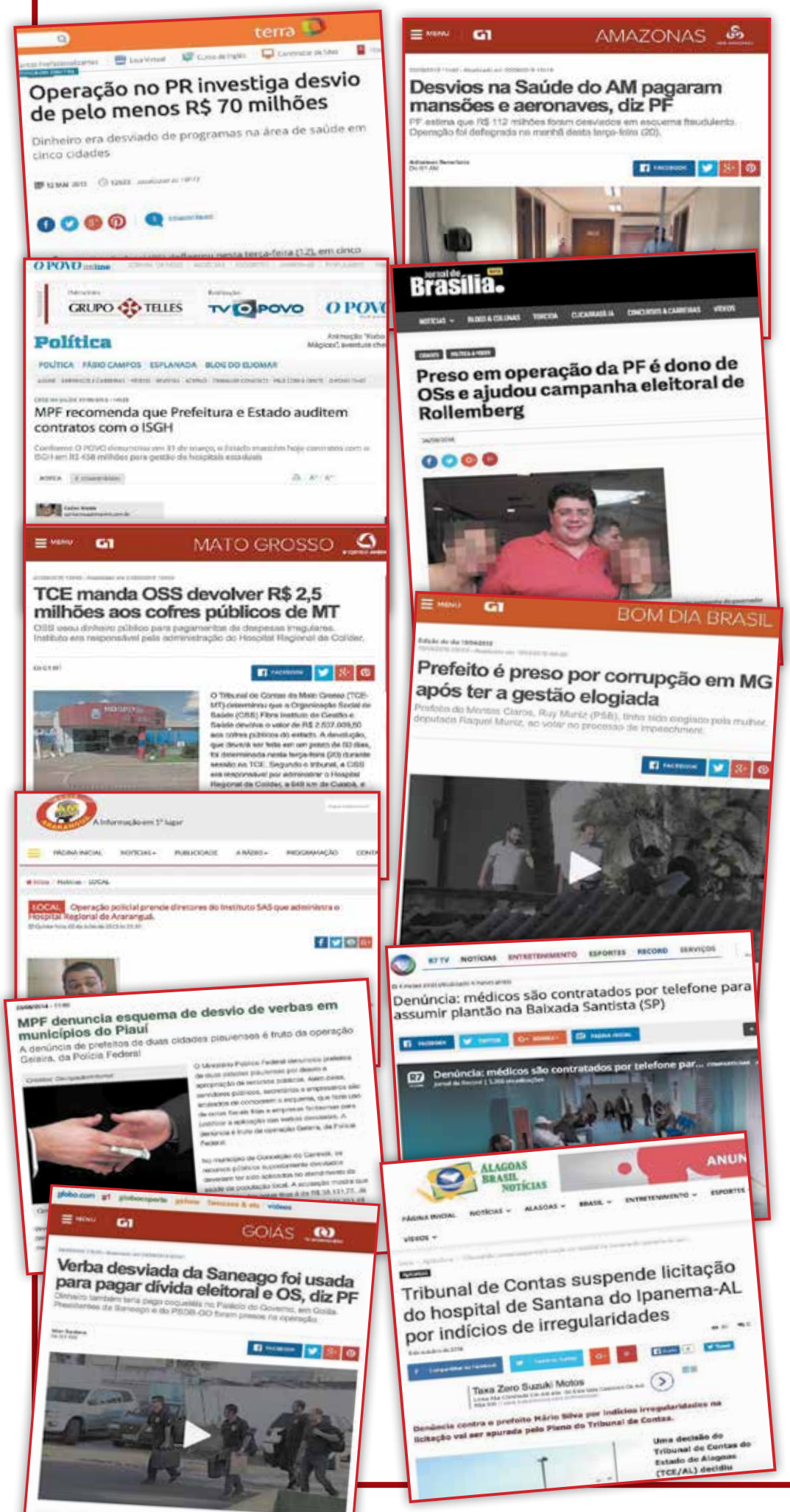
Já o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) calcula que o SUS perderá R$ 743 bilhões nessas duas décadas.

Um retrocesso social jamais visto na história do Brasil!



O ATAQUE AOS COFRES PÚBLICOS é um instrumento criado pelo SINDSERV Santos que visa divulgar os enormes problemas causados pelas terceirizações/privatizações dos serviços públicos em todo o país, em especial os via OSs (Organizações Sociais).

ATAQUE AOS COFRES PÚBLICOS



No último dia 21 foi publicada no Diário Oficial do Município uma portaria designando integrantes da comissão que julgará os chamamentos públicos e selecionará as organizações da sociedade civil interessadas em firmar "parcerias" com o poder público. Mais uma frente para terceirização nos serviços públicos. Mais uma fonte para lucro de alguns.

A Prefeitura de Santos implantou a terceirização dos serviços públicos por meio de Organizações Sociais (OSs) na Saúde há um ano. Como já se sabe, esse método de gestão mais caro e menos eficiente já é uma triste realidade na UPA Central e a qualquer momento pode entrar em vigor no Hospital dos Estivadores.

Depois da Saúde, o Governo "limpou o terreno" para implantar OSs na Cultura, conseguindo a aprovação do Conselho Municipal de Cultura para firmar parcerias. O primeiro alvo deve ser as oficinas culturais ministradas em Centros de Cultura em construção na Cidade.

Agora, o projeto entreguista da administração de Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) promete avançar na área da Assistência Social. Isso quer dizer que virão por aí mais contratos com as chamadas "entidades filantrópicas", que de filantrópicas não têm nada. Serão mais uma fonte de saída de recursos públicos para terceiros manejarem sem transparência e com fiscalização duvidosa.

Na região e em inúmeras partes do Brasil não faltam os desastrosos exemplos. Esse mesmo *modus operandi* ameaça atingir mais áreas do serviço público.

OSs diversificam atividades para lucrar

O donos de Organizações Sociais, Oscips e ONGs, ou seja, os empresários que se alimentam dos contratos de gestão com o poder público, tentam urgentemente diversifi-

Acesse: www.ataque

Vem aí: Terceirização na Assistência Social em Santos

car seus ramos de atuação para adequarem suas margens de lucro.

Escândalos de corrupção na Saúde, redução das transferências de recursos para estados e municípios e a ameaça da PEC 55 (veja mais na página 8), são os fatores que explicam a migração da terceirização de serviços públicos para as áreas da Educação, Cultura e Assistência Social.

Ampliando seu campo de atuação para além do SUS, as empresas travestidas de entidades podem obter uma fatia maior do Orçamento da Seguridade Social.

Essa tendência, que se aprofundará com a Proposta de Emenda Constitucional 55, já pode ser observada em alguns locais. Em Goiás o governo tucano de Marconi Perillo está implantando OSs para gerir escolas públicas, algo inédito na Educação Básica. O dono de uma das OSs qualificadas é filiado ao partido do governador.

Essa modalidade de privatização também se espalha na Cultura, com a entrega de teatros e museus à entidades. O Teatro Municipal de São Paulo, por exemplo, está mergulhado em denúncias de desvios. O equipamento era administrado pelo Instituto Brasileiro de Gestão Cultural (IBGC) e agora está sob intervenção.

Não importa em que localidade ou área de atuação as OSs e Oscips se instalem. O setores terceirizados sempre são os primeiros a sofrerem os impactos dos cortes de gastos.

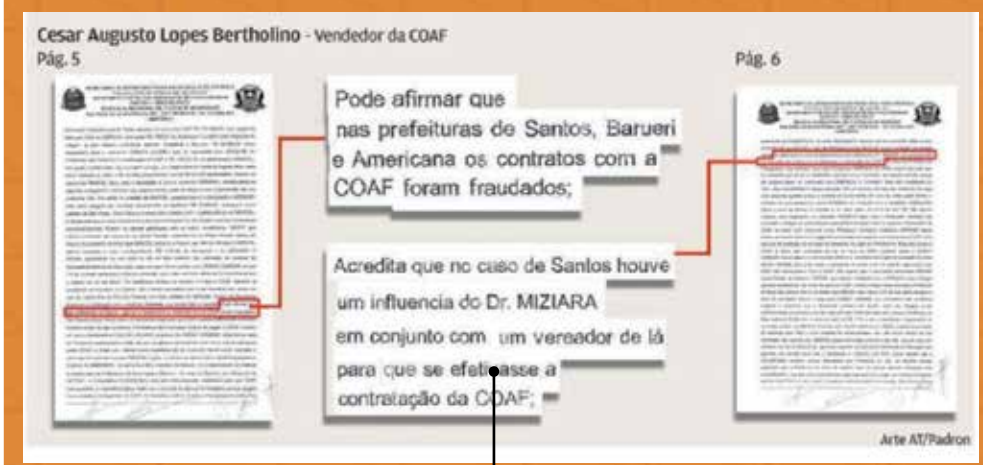
Com a possível aprovação da PEC 55 não será diferente. A exemplo do que ocorreu no Hospital de Cubatão, assim que a escassez de recursos for sentida pra valer, as entidades abandonarão o barco, deixando trabalhadores sem salários e os equipamentos sucateados. Isso depois de sugarem o máximo de recursos que puderem.

Santos está caminhando em direção ao mesmo precipício. É preciso acordar e lutar contra mais esse ataque, antes que seja tarde demais.

O site VEREADORES DE SANTOS é um projeto idealizado pelo SINDSERV com o objetivo de fiscalizar o poder legislativo de Santos. Afinal,

PARA QUEM ELES TRABALHAM?

Em 2016 ações na Justiça estiveram no dia a dia da Câmara de Santos



A proximidade do recesso de final de ano provoca automaticamente a necessidade de um balanço sobre a atuação da Câmara de Santos. A intenção é ajudar o leitor a observar os momentos em que a Casa legislativa esteve ao lado da população. E os momentos em que não esteve. Em forma de retrospectiva, a análise final é do leitor.

FEVEREIRO

Escândalo da merenda

A volta do recesso começou quente. Repercutia a investigação do Ministério Público e da Polícia Civil, envolvendo 22 cidades paulistas e o governo do Estado. Vazou a informação de que um vereador era intermediário do esquema em Santos. Todos reagiram ao peso da acusação não identificada.

Salários

O Portal de Transparência abria dados sobre salários. Várias questões foram levantadas. Um economista lotado na Diretoria Legislativa cujo salário do cargo é de R$ 2.791,71, tem ganho bruto de R$ 43.674,66, em janeiro.

Chuva de chequinhos

A Câmara de Santos foi palco de uma chuva de reproduções de cheques em branco na sessão de quinta (17). Foi uma reação do Sindserv com os funcionários públicos contra a pautação de projeto de lei de reajuste do funcionalismo, sem que a pauta tivesse sido aceita.

MARÇO

O esquema dos chequinhos

Três inquéritos do Ministério Público apuram o uso de recursos e contratações irregulares de funcionários pela Prefeitura de Santos, lotados também na Câmara. A Câmara não mostrou interesse em acompanhar a investigação. Nenhuma medida fiscalizadora foi tomada. Além de burlar a contratação via concurso público, o esquema dos chequinhos prejudica os contratados, que contam com nenhuma garantia trabalhista.

SEM FISCALIZAÇÃO. Parlamentares resolvem não abrir Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar o já conhecido 'Escândalo dos Chequinhos'

Vereadores não querem abrir CEI

Santos Novos Tempos

Chega ao Ministério Público Federal a investigação sobre o uso de recursos do Banco Mundial para o Programa Santos Novos Tempos. A Câmara é avalista do contrato e apesar de ter uma Comissão dedicada para acompanhar as obras, não ajudou a evitar os problemas e a paralisação.

LITORAL

PROCURADORIA. Inquérito foi instaurado para apurar como foram gastos os US$ 24,5 milhões

Santos Novos Tempos é investigado pelo MPF

Compra irregular

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Santos pede a condenação por ato de improbidade administrativa dos vereadores Sadao Nakai (PSDB, segundo mandato) e Benedito Furtado (PSB, cinco mandatos). O motivo é a compra por valores acima do mercado de leitores digitais (E-readers), realizada em 2014.

ABRIL

Supersalários

Repercutia os supersalários da Câmara em manchete do Diário do Litoral de domingo (17). No quadro há salários de até R$ 52 mil. A reportagem sustenta que há inúmeros casos de nepotismo, ou seja, de nomeação de parentes de vereadores, ex-vereadores e de funcionários da prefeitura. A Câmara não respondeu aos pedidos de esclarecimentos.

DIÁRIO DO LITORAL

ESPECIALISTA ANALISA O PROCESSO DE IMPEACHMENT

« Domingo

Câmara decide hoje o destino do governo Dilma

Supersalários na Câmara de Santos

LITORAL

SANTOS. Alguns salários são para familiares de vereadores, ex-parlamentares e funcionários da Prefeitura

Salários da Câmara sobem de forma desproporcional

MAIO

UPA terceirizada

Sem conseguir fiscalizar o funcionamento da UPA Central, inaugurada em janeiro, os vereadores que aprovaram a terceirização sentem o peso da cobrança. O equipamento tem problemas e uma morte na unidade acende o debate na Câmara.

JUNHO

Nepotismo na Câmara

A Promotoria de Justiça abre ação de improbidade administrativa (nepotismo) contra o vereador Jorge Vieira Carabina (PSDB). Ele tem nomeado como assessor em seu gabinete um motorista cedido da Prefeitura. O profissional é genro do parlamentar.

JULHO

Dinheiro da Comunicação

Muito discutido na aprovação do orçamento do município, o volume de recursos para comunicação avalizados em plenário tornaram-se alvo de ação da Promotoria de Justiça. Trata-se do orçamento de R$ 24 milhões da Secretaria de Comunicação. O alvo são contratos de pelo menos R$ 16,8 milhões, com FSB Divulgação, Puxe Comunicação e Prodesan.

AGOSTO

Reação ao Uber

O primeiro caso de apreensão de motorista do Uber remete grande parte da atenção à Câmara. A lei de Ademir Pestana (PSDB, segundo mandato) deu respaldo aos taxistas. Atos violentos foram e ainda são registrados. A lei municipal provocou um inquérito no Ministério Público Estadual, em investigação de improbidade administrativa contra o prefeito que a sancionou.

SETEMBRO

O olho do lixo

De janeiro de 2013 a setembro de 2016 o tema lixo esteve 986 vezes na pauta da Câmara. Somadas as citações de resíduos sólidos, totaliza 1.010 vezes. No período, "lixo limpo" ou "reciclável" estiveram em 30 trabalhos apresentados, requerimentos ou indicações. A expressão

"resíduos da construção civil" apareceu cinco vezes. Reportagem mapeou as ações dos parlamentares ao redor do tema, o maior contrato de prestação de serviços do município.

OUTUBRO

O saldo das urnas

O resultado das urnas foi cruel com Douglas Gonçalves (DEM), Geonísio Boquinha Aguiar (PSDB), Jorge Carabina (PSDB), Murilo Barletta (PR) e Professor Igor (PSB). Lascane (PSDB) já havia anunciado aposentadoria, Del Bosco (PR) concorreu sem sucesso ao Executivo e Stanislau (Rede), a vice-prefeito, assim como Sandoval Nascimento (PSDB). A renovação foi de mais de 40%.

Salários e cargos

O Tribunal de Justiça de São Paulo deu ganho de causa a uma a Ação de Inconstitucionalidade promovida pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado. A Mesa diretora criou 24 cargos comissionados que provocou a contratação de 86 pessoas sem concurso público.

LITORAL

CARGOS. Ao todo, foram criados 24 cargos comissionados, permitindo a contratação de 86 pessoas

Câmara tem que demitir comissionados

TJ-SP considera irregulares contratações no Legislativo

Câmara de Santos diz que ajustará lei complementar para evitar extinção de 88 cargos

A Tribuna não esquece

Há muita gente na Câmara

Recuo

O vereador Igor Martins (PSB, primeiro mandato), não reeleito, apresentou projeto para revogação da lei de Ademir Pestana (PSDB, segundo mandato), proibindo o aplicativo Uber em Santos. Ele havia votado favoravelmente.

OS sem experiência

A Justiça suspende o contrato com a OS – Organização Social à frente do Hospital dos Estivadores. A instituição não tem três anos de experiência no comando de um hospital, conforme exigido por lei (veja mais na página 5).

Prefeitura recua, mas ainda não pagou plantonistas

Em reunião realizada no dia 18 de outubro, diante de dezenas de servidores da saúde, a Prefeitura de Santos voltou atrás temporariamente no cálculo de plantões de 180 horas, que estavam sendo feito erroneamente desde maio deste ano, lesando os trabalhadores.

Ao mesmo tempo, o Governo SE NEGA a restituir aos trabalhadores os quatro plantões efetuados e não pagos nos últimos quatro meses.

A atitude demonstra uma espécie de golpe contra estes servidores. Estima-se que atuem em regime de plantões de 180 horas mais de 100 funcionários no município. Isso quer dizer que o calote que o governo está dando na categoria seria acima de 300 plantões até o momento, equivalentes a mais de R$ 80 mil.

No encontro, o secretário adjunto, Dênis Vallejo, e o chefe do Departamento Hospitalar, Marco Sérgio Duarte, não souberam explicar em que se baseia o cálculo errado, quem tomou a iniciativa de promover a mudança da contagem e por qual motivo o sistema foi adotado.

O fato é que com a mudança os plantonistas passaram a trabalhar um ou dois plantões a mais por mês, sem qualquer remuneração. A escala não foi discutida com os trabalhadores ou com o sindicato.

Desrespeito

Em 25 de agosto o SINDSERV e os trabalhadores tiveram a primeira reunião com o chefe de Departamento Hospitalar, Marco Sérgio Duarte, para relatar o problema, cobrar a correção dos cálculos e solicitar o ressarcimento das horas já trabalhadas e não pagas.

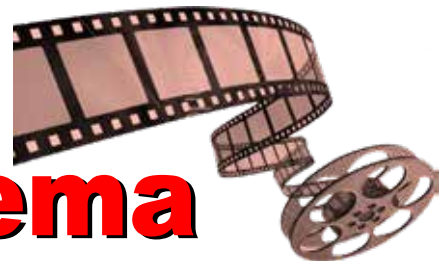
Como não houve resposta, no dia 15 de setembro o sindicato enviou ofício ao prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) e ao secretário de Saúde, Marcos Calvo, pedindo providências.

A Prefeitura não respondeu de novo. Os servidores então fizeram um ato na Praça Mauá, no dia 20 de setembro, para denunciar a situação. Outro ato foi realizado na Câmara, no dia 26 do mesmo mês.

No dia 6 de outubro, os servidores voltaram a constatar o descaso da administração. Um grupo de plantonistas foi até a Secretaria de Saúde e não foi recebido. Depois de mais de uma hora de espera, a assessora Carolina Osawa finalmente foi até o saguão do gabinete do secretário e agendou uma nova reunião para o dia 13 de outubro.

Esta reunião, por sua vez, foi desmarcada e adiada para terça-feira (18). Após uma espera de aproximadamente uma hora, os trabalhadores foram recebidos. E, de novo, não houve solução.

Projeto 4ª no Cinema



Um filme, um encontro, um intervalo de lazer e reflexão entre trabalhadoras e trabalhadores.

SEÇÃO INAUGURAL

Dia: 23 de novembro (quarta-feira)
Horário: 18h30
Local: sede do Sindserv Santos - Av. Campos Sales 106, Vila Nova.

Nesta primeira seção teremos a exibição do filme ***Nise – O Coração da Loucura***, recém-exibido nos cinemas do país.

Sinopse: Ao voltar a trabalhar em um hospital psiquiátrico no subúrbio do Rio de Janeiro, após sair da prisão, a doutora Nise da Silveira (interpretada por Gloria Pires) propõe uma nova forma de tratamento aos pacientes que sofrem de esquizofrenia, eliminando o eletrochoque e a lobotomia. Seus colegas de trabalho discordam do seu meio de tratamento e a isolam, restando a ela assumir o abandonado Setor de Terapia Ocupacional, onde dá início a uma revolucionária forma de lidar com os loucos, através do amor e da arte.

Divulguem! Compareçam!

SINDSERV de site novo!

É com muita satisfação que anunciamos a inauguração de nosso novo site.Nele as informações estão mais acessíveis e de fácil localização.

O site é responsivo, isso quer dizer que ele pode ser acessado por diferentes dispositivos (celular, notebook, tablet, desktop...) pois o site se adapta ao formato da tela.

Outra novidade é a seção "*Saiu na imprensa*" que armazenará todas as matérias de jornais, rádios e televisão protagonizadas pelo SINDSERV em conjunto com os trabalhadores ou de interesse da categoria.

O site conta com todo o acervo de notícias, artigos, vídeos e galeria de fotos, além dos boletins da entidade. Assim como no site anterior, será possível acompanhar toda a movimentação financeira da entidade, conhecer a história do sindicato e todos os serviços (Jurídico, Odontológico, Seguro de vida, Auxílio funeral...) e convênios oferecidos aos associados.

Quem ainda não é sindicalizado poderá se sindicalizar diretamente pelo próprio site. Já sindicalizados podem atualizar suas informações de cadastro.

Há também um canal aberto para todos os servidores para que denunciem qualquer irregularidade nas relações de trabalho da prefeitura, como: Assédio moral, má condição de trabalho, desvio de função, funcionário fantasma, entre outros. As denúncias podem ser feitas de forma totalmente anônima (não guardamos qualquer registro do computador que mandou o email).

ACESSE: WWW.SINDSERVSANTOS.ORG.BR

Órgão Informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos. SINDSERV: AV. CAMPOS SALES, 106 | CEP. 11013.401 | VILA NOVA | SANTOS/SP
Edição e Textos: Victor Martins (MTB 46.282-SP) • **Impressão:** Diário do Litoral • • **Diagramação:** cassiobueno.com.br • **Tiragem**: 9.000 exemplares